



# A Baixada Fluminense em perspectiva

Linderval Augusto Monteiro\*

**Resumo.** Este trabalho propõe-se a explicitar as maneiras como ocorreu o processo de ocupação popular da Baixada Fluminense e de como tal processo de proletarização descontrolada e não assistida pelo Estado determinou as formas de resolução de problemas naquela região, o surgimento de uma liderança política *sui generis*, que denominamos marginal pelo fato de estar ao mesmo tempo irremediavelmente ligada às maneiras populares de ação política e se caracterizar por não seguir a forma tradicional de liderança comunitária, invariavelmente possuidora de um caráter reivindicatório. Ao contrário disso, o líder marginal baixadense é reconhecido como tal e é tanto mais apreciado quanto mais se afasta das formas tradicionais de ação política. Relato e analiso um caso de revolta popular ocorrido no bairro de Gramacho no município de Duque de Caxias, quando a população da favela de Nova Jerusalém expulsou todos os traficantes existentes naquela favela após dois destes serem mortos por um jovem catador de lixo (Adriano Vianna) também residente dali.

**Palavras-chave:** Baixada Fluminense. Líder marginal. Revolta popular.

---

\* Doutorando em História Social do PPGHIS da UFRJ. Docente das Faculdades Doctum, Campus Manhumirim (MG) e da Faculdade de Ciências Gerenciais, Campus Manhuaçu (MG).

No estado do Rio de Janeiro, entre a atraente e perigosa capital e um interior montanhoso e pouco habitado encontra-se a região que todo o Brasil conhece como Baixada Fluminense. É comum somente vê-la como um conjunto de casebres não ou mal rebocados, como um dos maiores bolsões de miséria<sup>1</sup> do Brasil ou compará-la com as favelas cariocas.

Tal comparação e visões não destoam da realidade imediata: as casas construídas de uma forma tosca ou não finalizadas, a inexistência de serviços e aparelhos essenciais a uma sobrevivência urbana de qualidade, a função “dormitório” de vários municípios ali localizados e o controle que traficantes e “justiceiros” exercem em grande parte da Baixada, torna essa região um lugar não muito diverso de grande parte das favelas brasileiras.

O que certamente distancia esses dois locais proletários de moradia é o fato de que os problemas das favelas atraíram uma profusão de pesquisadores sociais, produtores de uma miríade de trabalhos, enquanto para a Baixada Fluminense e seus municípios um grupo reduzido de obras tentou dar conta de estabelecer as especificidades da região que entre os anos 1920 e 1980 serviu como um verdadeiro depósito de sobras humanas dentro do processo de despovoamento do campo e das freqüentes medidas de combate à favelização dos morros cariocas.<sup>2</sup>

Logo, o pouco que foi até agora escrito acerca da Baixada Fluminense é insuficiente para que se possam pensar os problemas daquela periferia urbana como bem estudados. Diversos aspectos da vida social e política que persistem ali continuam intocados ou foram extremamente pouco analisados.

É comum pensar a Baixada como uma terra de ninguém, assemelhada às cidades-fantasma dos filmes de *western* norte-americanos ou – opinião menos simplista, mas nem por isto mais consistente – como um simples transplante de um Nordeste brasileiro idealizado com os seus “coronéis”, “jagunços” e as suas sangrentas disputas por terra e poder. Dialogar com visões tão impre-

cisas sobre a Baixada e as suas formas políticas, pressupõe que conheçamos as origens da população que recentemente ocupou a região e como se encaminhou o processo de semi-urbanização<sup>3</sup> dessa área que, até os anos 1930, se caracterizou por ser um “celeiro” para a capital da República e uma via de acesso ao interior do Brasil.

A história da ocupação da Baixada da Guanabara<sup>4</sup> por uma população em grande parte migrante ou ex-favelada, não tem o seu início tão facilmente demarcado. Alguma solidez é possível quando lembramo-nos de que foi durante os anos 1930 que se intensificou o processo de industrialização do país, com a consequente intensificação da migração campo-cidade tão característica da industrialização da América Latina, conjugado à verificação de que foi exatamente neste período de mobilidade econômica que se reforçaram os gritos da elite carioca contra as favelas existentes no Distrito Federal.<sup>5</sup>

Veremos que esses primeiros assentamentos foram simples expansões da periferia do Rio de Janeiro sobre o solo de antigas e fracassadas fazendas: os futuros municípios de São João de Meriti e de Duque de Caxias, mais próximos do centro comercial e industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foram os primeiros a terem a antiga terra agrícola retalhada pelos loteamentos.<sup>6</sup> Assim, nas décadas posteriores a 1930 as ações de cercamento dos morros cariocas, o incremento das migrações ligadas à fuga das condições adversas do campo brasileiro, o desenvolvimento da indústria da construção civil que criou uma espécie de Eldorado para trabalhadores pouco qualificados na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial promoveu a transferência do “lixo humano”<sup>7</sup> tão necessário à construção da economia carioca também para a região da Baixada Fluminense.

O conhecimento, mesmo esquemático, do processo de ocupação humana da nossa região é fundamental na compreensão

de algumas de suas peculiaridades. Primordialmente Nova Iguaçu<sup>8</sup> foi ocupada por grupos de colonos que, aproveitando-se de suas terras férteis e de uma ampla rede hidrográfica, estabeleceram-se às margens de certos rios que passaram a possuir ancoradouros facilitadores do escoamento da produção colonial do interior do Brasil até o porto do Rio de Janeiro (Peixoto, 1963, p.14 et seq.). Tais ancoradouros, chamados imodestamente de “portos” pelos memorialistas regionais, deram origem a pequenos vilarejos dos quais o mais importante foi Iguassú (ou Aguassú), que recebeu tal nome por localizar-se às margens de um rio chamado assim pelos indígenas.

Não há motivos, entretanto, para pensar-se em tais vilas-ancoradouros como focos importantes de povoamento, pois a vida ali não girava em torno de uma atividade agregativa como a agricultura, e sim do nomadismo característico da circulação de mercadorias. Ou seja, tais vilarejos dificilmente podem ser entendidos como responsáveis pelo desenvolvimento dos atuais focos populacionais da região, uma vez que, cessada a necessidade de utilização das vias que chegavam a esses lugares, transformaram-se eles rapidamente em ruínas.<sup>9</sup>

O seguinte documento datado de 1922, pertencente às memórias de um antigo juiz de direito que exerceu sua atividade na antiga vila de Iguassú, demonstra a rapidez e violência da decadência daquela vila:

Pouco tempo depois da minha chegada à antiga corte, fui mandado para Iguaçu, como juiz municipal. A poucas horas da ponta do Caju, pela estradinha do Rio d'Ouro, a Vila de Iguaçu era, então, um grande povoado morto. Constituída principalmente por uma rua larga, sinuosa e longa, a vila tivera suas horas de prosperidade atestada pelas grandes casas de sobrado e vastos armazéns alpendrados, tudo então fechado, sem moradores. [...] A estrada de ferro, porém, drenando todo esse movimento comercial, reduziu Iguaçu à penúria e à morte. A vila se despovoou; os canais,

desde então abandonados, se entulharam de vegetação e de lodo; as águas cresceram, cobrindo os campos, tornando-os imprestáveis para qualquer cultura e enchendo o ar de miasmas do impaludismo e da opilação, que assolavam a pobre gente que não pôde se retirar. (Rodrigo Otávio apud Segadas, 1960, p.64-65).

Tal rápido abandono significou, no entanto, unicamente uma transferência e não o final do período inaugurado pelas vilas-entroncamento localizadas entre um rio e um conjunto de caminhos, uma vez que a Baixada continuaria sendo ainda por determinado tempo uma região ligada quase exclusivamente ao trânsito de mercadorias e pessoas.<sup>10</sup>

É razoável pensar que o antigo sistema de transporte de mercadorias realizado no dorso de animais e por meio dos rios da região caducaria fatal e rapidamente, sendo substituído pelos vagões dos trens responsáveis pela transformação de Maxambomba na nova sede do município de Iguazu e na admissão do adjetivo “nova” como prefixo para esse município a partir de 1916 (Carvalho, 1999, p.19).

Enfim, investigar a nossa região nos anos seguintes ao final do século XIX não é possível sem que levemos em conta as estações ferroviárias que rapidamente cortaram a Baixada Fluminense (Segadas, 1960, p.22-25), pois foi exatamente em torno dessas estações que foram erguidas as novas ilhas populacionais e também em locais muito próximos das estações que surgiram ou ressurgiram as atividades agrícolas, de algumas formas importantes na fixação de população.

De acordo com Edith Maria Beloch (1980, p.50), entre os anos de 1910 e 1930 o povoamento dessa região cresceu em média 239%. Pode-se atribuir à cultura citrícola – principal atividade agrícola presente na região desde os anos finais do século XIX até os anos 1940 – parte da responsabilidade pelo crescimento demográfico; no entanto, não é novamente correto imaginar que

será essa cultura a principal responsável pela transformação das estações ferroviárias baixadenses em focos primários de povoamento permanente: a citricultura desenvolveu-se com sucesso na região da Baixada e pode ser a responsável pela transformação do antigo engenho de Maxambomba no receptor e beneficiador de grande parte dos frutos consumidos mundialmente (Geiger; Mesquita, 1956, p.108-109). Entretanto, a ausência de preocupações com o controle das diversas pragas, com a promoção da fertilidade do solo e, principalmente, o surgimento de uma empresa mais lucrativa, definiu o fim da cultura citrícola e a “invasão” desordenada da antiga terra agrícola pelas empresas loteadoras.

Quando não cronologicamente paralelo, pelo menos sucessor imediato da cultura citrícola, encontramos os loteamentos.<sup>11</sup> Não incorre em erro quem o considera a solução final para os grandes problemas agrícolas tradicionalmente enfrentados pelos proprietários rurais da Baixada Fluminense, na medida em que é ele o responsável visível pela destruição da agricultura praticada ali e pela transformação da terra agrícola da Baixada Fluminense em semi-urbana.

A grande máquina loteadora possuiu como motores alguns fatores díspares: de um lado o tradicional raquitismo da agricultura baixadense não sustentou por muito tempo o título de maior produtor mundial de cítricos,<sup>12</sup> e afundou os fazendeiros em um mar de dívidas que os levaram a enxergarem na partilha e na venda das frações de terra em forma de lotes a solução mais vantajosa entre as disponíveis. De outro lado, a necessidade proletária de obter moradia a baixo custo e a ausência de uma política oficial de assentamento de trabalhadores, determinou que a autoconstrução se estabelecesse como regra. Segundo o resumo de um geógrafo defensor da Baixada como um local destinado à agricultura, e que estudava a Baixada Fluminense no auge da empresa loteadora, um loteamento podia ser comparado a um “cemitério” onde jaziam “antigas tradições agrícolas” (Geiger; Mesquita, 1956, p.185). Mas

esse cemitério é também um local de nascimento, e pode-se pensar que a antiga terra agrícola orientou até a maneira como se desenhariam as periferias das cidades baixadenses após a expansão dos lotes.

Conhecer a maneira como o morador do loteamento enxergou-se enquanto construía sua casa e seu bairro é fundamental para quem pretende oferecer explicações diversas das apresentadas até hoje sobre a Baixada Fluminense e sua população proletária. Creio que o caminho mais simples para que isso se efetive seja a audição dos moradores dos loteamentos e a tradução da visão desses indivíduos sobre as impressões causadas pelo seu local de moradia quando esse local não passava de um “deserto” cortado por ruas abertas muito recentemente.

Para o habitante de um loteamento o horizonte era dúbio: ao mesmo tempo em que se considerava um privilegiado por possuir algo de sua propriedade e estar finalmente distante do aluguel, das condições (segundo a visão dessas mulheres e homens) adversas de uma favela e das incertezas da agricultura, encontra-se inseguro em um local estranho e no qual tudo se encontra por fazer. Sua providência imediata é a construção da casa: a responsável direta pela sua fuga do aluguel.

É quase desnecessário dizer que para o trabalhador construtor da sua casa em um loteamento essa edificação surge como algo extremamente valioso, pois, invariavelmente, ele constrói sua casa em um momento de incertezas. O projeto de possuir o seu “canto” aparecerá como um fator estratégico na diminuição de tais incertezas, daí constituir-se em uma constante discursos assemelhados a estes:

Morar em casa alugada sempre é um sufoco pra gente que era muito pobre. Pensa bem chegar... chegar aqui no Rio, vindo de onde eu vim e ter que encarar ao mesmo tempo uma sacaria ganhando pouco... – pra quem tava acostumado com uma enxada é ruim demais – e no mesmo tempo

## A Baixada Fluminense em perspectiva

morar de aluguel e ter de sustentar mulher, mãe e filharada. Rapaz! a única coisa que eu pensava naquela época era comprar o terreno e fazer o barracão.<sup>13</sup>

As condições em que o proletário construiu a sua casa explicam, em parte, o aspecto dos bairros que circundam as diversas cidades da Baixada: o sentido pragmático dessas construções não permitiu a mínima preocupação com a estética, fazendo com que o conjunto de casas não acabadas que ocupam um bairro façam a periferia da Baixada assemelhar-se a um grande campo de ruínas.

Tais construções geralmente foram feitas pelo proprietário do lote que, acompanhado de parentes e amigos seus, construiu a sua casa em pouquíssimos dias.<sup>14</sup> Desta, a primeira parte geralmente era composta por cozinha e quarto, cômodos essenciais para a ocupação da casa que o proprietário continuaria construindo a partir daí – geralmente sozinho ou com ajuda de parentes – durante anos e nas suas raras horas de folga nos finais de semana.

Segundo este outro entrevistado, essa casa foi a responsável pela modificação de parte das idéias que prezava, uma vez que ele já possuía uma família grande e “criada”, e acabou tendo que concordar com o fato de sua mulher e filhas trabalharem fora, o que para ele era um absurdo:

[...] acabou acontecendo que eu não conseguia ao mesmo tempo construir pagar o lote e sustentar todo mundo. A mulher foi trabalhar em casa de família e minhas filhas passaram a trabalhar fora. Eu não concordava com isso, mas foi o único jeito de não perder este terreno e o alicerce que já tinha nele.<sup>15</sup>

O retrato simples dessa casa proletária não ficaria completo se não incluíssemos aí a sua paisagem: um lote de aproximadamente 360 metros quadrados que ocupa parte de uma quadra cercada por ruas abertas recentemente pelas máquinas responsáveis



pela derrubada dos últimos laranjais. A infra-estrutura básica necessária à adequação urbana, obtida com os mínimos equipamentos urbanos, foi “esquecida” tanto pelo agente loteador como pelo poder público. Restará a esse proletário-proprietário organizar o espaço que, na sua opinião, não deveria estar sob a sua responsabilidade:

E você acha que a gente é porco pra deixar a rua virar um chiqueiro? O jeito foi cavar uma vala, tirar o matagal da rua, fazer a cobertura do ponto de ônibus e mais um bocado de coisa que não era pra gente fazer.<sup>16</sup>

Nos trabalhos que tratam dos loteamentos, é recorrente a desconsideração destes como algo assistido pelo poder público. Na realidade o loteamento surge como uma iniciativa bastante lucrativa levada adiante por alguns particulares não preocupados com a legalização desse local de moradia, ou com a construção da infra-estrutura necessária à ocupação humana de uma determinada área. Segundo Pedro Geiger Pinchas e Míriam Gomes Coelho Mesquita (1956, p.15), o poder público municipal mostrava-se indiferente ante a abertura de loteamentos irregulares porque era do seu interesse que as diversas propriedades rurais deixassem de existir, dando lugar as residências proletárias que substituiriam os incertos impostos rurais pelos impostos urbanos. Segundo tal visão a não observação de regras elementares na preparação de uma área para a ocupação humana anteciparia as maneiras como o poder público municipal encararia os novos bairros formados por meio da união dos loteamentos: indiferente.

Enquanto um loteamento cresce, necessidades surgem e o modelo de autoconstrução da casa proletária acaba por atravessar os limites de cada lote para a rua: o novo morador percebe logo ser impossível sobreviver “decentemente” em um local sem rede de esgoto, onde todos os dejetos são lançados na rua ou no quintal do vizinho. Também se torna inconveniente permitir-se que as

ruas abertas com as separações dos quarteirões que formam o loteamento sejam tomadas novamente pela vegetação que ocupa os lotes ainda não vendidos. O morador não tem tempo de manter-se inativo e entra em cena como construtor e mantenedor precário dos equipamentos urbanos necessários às mínimas condições de salubridade e conforto.

A noção autoconstrução, já utilizada por nós quando falamos da edificação das casas proletárias nos loteamentos, é elástica o suficiente para dar conta dessa construção de equipamentos urbanos que caracterizou a ocupação recente da Baixada Fluminense e que, conforme veremos adiante, perpetuou-se, passando a funcionar como uma espécie de regra geral.

Para além dos depoimentos orais e de algumas opiniões divulgadas pela escassa imprensa regional da época, não existem documentos que possam nos testemunhar as maneiras “escolhidas” pela população de recentes migrantes para ocupar os loteamentos. Depoimentos como o seguinte podem nos explicitar a maneira como o bairro originário do loteamento era encarado pelo recente morador:

A gente vive aqui respeitando algumas regrinhas. Quando eu comprei o Terreno ainda não tinha muita casa mas as regras já existiam. É diferente de favela em que cada um faz o que quer.

Nunca existiu uma associação forte... cada um sabe que não pode fazer o que quer, e alguns ajudavam os que tinham mais expediente a ajeitar o bairro. Por exemplo: ali embaixo tem um valão que foi a gente que fez. Aqui perto não tem rio e as valas acabavam indo parar na outra rua. A gente fez entre as ruas uma vala maior até virar aquele valão que hoje em dia um montão de político vem limpar mas que ninguém se lembra de canalizar.<sup>17</sup>

Não pretendo aqui construir o retrato de um morador ideal que resolve de forma independente seus problemas, revelando

sentimentos altruístas, até porque os habitantes dos loteamentos não fizeram muito mais que reagir às condições impostas a eles: sua percepção de que reivindicar junto à prefeitura municipal era inútil fez com que eles passassem a tratar o seu bairro como algo para o qual os olhos oficiais naturalmente não deveriam se voltar por não ser o próprio morador significativamente importante para algo muito distante chamado “prefeitura”:

Não foi somente na época que eu vim pra cá que a prefeitura não se interessa por isso daqui... até hoje eles só aparece... fazer obra aqui só quando tem política. A prefeitura daqui só faz obra no centro ou no bairro onde mora os parentes do prefeito. Acho também que a gente não pode reclamar muito não porque na verdade a gente nem existe pra eles: isto aqui era um loteamento ilegal e ninguém paga imposto nenhum. Até hoje não se paga nada pra eles.<sup>18</sup>

A prefeitura faz pouco e a gente não pede nada. Eles são tão imprestáveis que todo mundo aqui ainda paga imposto territorial mesmo sendo assim lotado de casa. Eles podiam no mínimo lançar esse tantão de obra e ter mais recurso de imposto.<sup>19</sup>

Pode-se pensar, a partir da indiferença estatal verificada na exposição dos mecanismos de ocupação proletária da região da Baixada e da conseqüente extensão da autoconstrução para além do lote proletário, a formação de uma estrutura que pode ser esquematizada dentro da seguinte ordem:

- 1) ausência do Estado na resolução de problemas básicos;
- 2) entendimento de que as reivindicações populares não atingem objetivos;
- 3) auto-resolução dos problemas a partir da criação de uma rede que realimenta a ausência do Estado;
- 4) comprovação da incapacidade das reivindicações de atingirem resultados e

5) fortalecimento e dinamização da rede que designamos de resolução de problemas práticos.

Necessário faz-se explicar que não é a rede de resolução de problemas práticos algo tão concreto e perceptível como qualquer serviço comunitário organizado por um morador ou um mutirão do qual participam grande parte dos moradores de uma rua ou de um bairro. Visualizo a rede simplesmente como o corresponde a uma resposta popular ampla o suficiente para conter quaisquer atividades que tenham a ver com a construção e manutenção de aparelhos urbanos de caráter público e em nenhum momento afirmei que os moradores da Baixada Fluminense tenham pensado em construir a rede que sugiro existir ali, equivalendo unicamente essa noção a uma maneira confortável de trabalhar com a existência de um idioma político próprio da Baixada Fluminense.

As falas seguintes muito provavelmente tornem em mais sólidas as minhas considerações acerca das maneiras informais de resolução de problemas na Baixada Fluminense:

[...] você deve ter visto que não temos luz nessa rua apesar da gente pagar todo mês iluminação pública na conta de luz. Foi besteira reclamar e a gente comprou os bocais e foi roubando luz da Light [Companhia de distribuição de energia elétrica que serve a Região Metropolitana do Rio de Janeiro] e colocando luz em cada poste.<sup>20</sup>

Água é a mesma coisa. Todo mundo aqui tem porque pagou para uns cara furar o cano da adutora que passa na rua de trás. A CEDAE nunca veio aqui legalizar e a gente vai gastando sem pagar. Adianta reclamar?<sup>21</sup>

Não passava lixeiro? Não tinha era nada. Era um monte de terreno sem casa e com um monte de mato no meio daquelas terra tinha ainda uns pezinhos de laranja tudo arrasado. As rua toda esburacada e com mato. Sem iluminação nenhuma. Só pra encurtar a conversa: eu que tava chegando

do interior do Espírito Santo quase voltei pra trás na mesma hora. Eu esperava um lugar organizado e era um arraso. Olha só hoje. Frente da casa capinada, luz na rua, ponto de ônibus coberto, tudo saneado. Me pergunta se a prefeitura ajudou? Ajudou nem um pouquinho. Também não dava pra ficar só reclamando e esperando pelos outros. Brasileiro tem mania de achar que tudo é responsabilidade dos outros. Eu capino a frente da minha casa, levo o lixo pra estrada de Madureira onde passa o caminhão todo dia, mantenho a luz do meu poste funcionando e ainda ajudo o pessoal da comunidade a construir um posto de saúde comunitário no bairro. Depois a gente vai pagar o médico pra vim aqui uma vez na semana. Não dá pra depender de quem não se importa com a gente. Político aqui não tem vez. A gente resolve quase tudo e ainda se sente gente porque tá ajudando o outro quando faz alguma coisa em comunhão com o irmão da gente que vive aqui do seu lado.<sup>22</sup>

Tornou-se algo inerente à própria maneira de vida dos baixadenses o debruçar-se sobre os problemas vivenciados em conjunto pelos moradores de bairros populares e a resolução imediata dos problemas mais aflitivos. Longe da consideração dos baixadenses proletários está a recorrência aos órgãos burocráticos do Estado: as instâncias municipais de poder político como prefeitura e câmara de vereadores não significam mais que uma inútil presença ou uma fonte interminável de opressão indireta determinada pela corrupção que para qualquer baixadense é parte integrante da vida política:

A primeira coisa que penso quando me falam em política? É claro que é em roubo. Não dá pra pensar em nada mais. Aqui então o que mais a gente vê é político se dando bem as nossas custas. Pra gente, política não serve pra mais nada... política. Eles vêm aqui fala demais promete, promete e depois nem volta mais.<sup>23</sup>

## A Baixada Fluminense em perspectiva

Fazendo um breve balanço do que expus até aqui, é possível afirmar que uma investigação mais intensiva da população baixadense revela-nos uma gente que, estando ali há muito pouco tempo e vindo de regiões diversas do interior brasileiro, desenvolveu nessa periferia avançada da antiga capital federal um modo *sui generis* de vida do qual se destacam melhor uma recusa às vezes radical da participação política baseada na reivindicação e a aceitação da responsabilidade pela realização dos serviços públicos:

A gente reclamar? Pra quem e pra que? Não ia adiantar nada reclamar. Tem quase quarenta anos que eu moro aqui e sempre foi assim: a gente vê um problema na rua e vai resolver a gente mesmo. Quem da prefeitura ou dos vereadores ia saber da sujeira da rua? Se eles nunca se preocuparam em asfaltar e botar saneamento eles nem sabe que a gente existe direito. [...] a gente mesmo é que deve arrumar a sujeira. Isso é a nossa casa e na nossa casa quem arruma a sujeira é a gente mesmo.<sup>24</sup>

Esses são fatos que transformaram a população baixadense em ampla substituta dos órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento do espaço público.

Esclarecemos acima as formas como tais ausências contribuíram para a formação das maneiras populares de adaptarem-se aos vazios deixados pelos poderes públicos em todas as etapas de ocupação proletária da Baixada Fluminense. Resta agora, para completar-se esta análise das relações entre povo e Estado na Baixada Fluminense, acompanharmos a gênese e o desenvolvimento da liderança popular típica dessa região semi-urbana periférica fluminense.

Escolhemos o termo marginal para designar a liderança comunitária baixadense que assessora a população baixadense dentro do que designamos acima rede de resolução de problemas práticos. Essa designação nos surgiu como mais oportuna na medida

em que, radicalmente ligado à população da qual faz parte, o agente político baixadense representante desse tipo de liderança se caracterizaria precipuamente por assessorar o organismo informal de resolução de problemas, mantendo-se para isso – pelo menos na sua origem – à margem de qualquer esfera oficial do poder político. O líder marginal necessariamente é um membro da “comunidade” que, destacando-se na realização dos serviços informais, transformou-se em uma referência visualizada pela população principalmente quando da ocorrência de emergências capazes de mobilizar grande número de indivíduos de uma determinada comunidade.

Em nenhum momento é possível confundir esse tipo de líder com aquele agente assistencialista – muito freqüente na região da Baixada Fluminense também – que se aproximaria de um determinado bairro ou favela baixadense com a única e exclusiva intenção de auferir benefícios eleitorais com base na prestação de determinados serviços. Tais agentes são geralmente profissionais liberais ou empresários, comerciantes principalmente, que disponibilizam parte de seu tempo, capital ou propriedades para “servir às comunidades” principalmente em vésperas e durante as campanhas eleitorais. Ao contrário desse “benfeitor”, o líder marginal baixadense encontra-se radicalmente ligado à população a qual passa a servir, evidenciando-se por fazer funcionar de forma mais eficiente a rede de resolução de problemas práticos, consegue ele ganhar a confiança da maior parte de seus pares para os quais aparece ou como o solucionador informal de problemas freqüentes cuja resolução escapa a uma solução imediata oferecida pela rede de resolução de problemas práticos, ou como um elemento capaz de aproximar o poder público do conjunto da população desses bairros, seja por meio da proximidade dele com um político municipal, seja com a própria elevação desse líder marginal a um cargo público. Discursos formulados por baixadenses moradores de Belford Roxo e de

## A Baixada Fluminense em perspectiva

bairros periféricos de Nova Iguaçu ajudam-nos a desenhar um quadro mais preciso do líder marginal baixadense:

Sempre aparece alguém que acaba liderando a gente na organização de algum trabalho. Tem gente que tem o dom de ajudar e juntando com isso um dom de juntar todo mundo e tomar decisão acaba aparecendo aquele sujeito que junta todo mundo e que tira da cama no domingo quem gosta de dormir pra poder ir ajudar em algum tipo de trabalho aí no bairro.<sup>25</sup>

Se não tem o seu Joaquim aqui, isso tava bem pior. Ele é meio grosso, mais chega e resolve logo. Não gosta da ajuda de político e quer sempre que todo mundo ajuda.<sup>26</sup>

A dona Maria sempre foi aqui uma liderança forte. Ela até já tentou organizar uma associação de moradores, mas acaba sempre não dando certo porque o povo daqui é desunido e desconfiado demais. Eles acha que ela quer dinheiro dos outro. Mesmo sem associação, ela consegue ajudar muito a gente. Faz pouco tempo que a chuva derrubou a ponte, e ela reunia gente pra ir na prefeitura reclamar... tá certo que eles nem ligaram, e ela não desistiu, juntô o pessoal, conseguiu cimento nas lojas de material e acabou, com a ajuda do Tuninho,<sup>27</sup> refazendo a ponte que agora não cai mais porque não é de madeira mais.<sup>28</sup>

A proximidade do líder com os moradores proletários dos bairros baixadenses periféricos baixadenses é a condição essencial de sobrevivência da liderança marginal. Como líder ele funciona na facilitação das ações populares de resolução dos problemas práticos e a elevação de um indivíduo a esse *status* relaciona-se muito mais à sua capacidade de incentivar a resolução prática de problemas que a sua proximidade com elementos ou órgãos ligados às esferas oficiais de poder. Aliás, para alguns dos representantes dessa



liderança, os “políticos” personificam um mal do qual a sua “comunidade” deve manter-se o mais distante possível:

Desculpa a minha desconfiança no telefone, é que eu já estou vacinado contra político e ainda mais agora com essa decisão de recusar água da CEDAE e construir um reservatório próprio para o bairro, chove de político mal intencionado querendo se aproveitar de um trabalho que eles nunca tiveram.<sup>29</sup>

Durante seus relatos, o senhor Antônio de Souza Leite refere-se sempre a representantes do poder público como homens causadores de impressões péssimas porque se caracterizam por desejarem aproveitar-se sempre de um trabalho “comunitário” nunca apoiado pelo próprio político. Esse antigo morador do bairro da Chatuba, no município de Mesquita, chamou a atenção de periódicos locais durante o ano de 1995 quando resolveu escrever uma longa carta para as redações de alguns periódicos informando sobre uma decisão desafiadora: ele se cansara de reclamar e de “encher o saco” dos seus vizinhos para exigir que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) normalizasse o abastecimento de água para esse grande bairro mesquitense. Decidido, ele diz na carta:

[...] resolvi processar a referida empresa que há quatro anos recusa-se a abastecer de água o meu bairro alegando que o crescimento demográfico na área esgota todas as possibilidades de abastecimento. O seu antecessor na direção dessa empresa disse-me saber como resolver este problema, no entanto não faz isto devido ao fato de os moradores do bairro da Chatuba não possuírem nenhuma influência política. (Leite, 1995).

## A Baixada Fluminense em perspectiva

Utilizando-se do que o senhor Antônio de Souza considerava “o seu último e desesperado recurso”, organizou uma comissão encarregada de estudar a possibilidade de:

[...] utilizando recursos e mão-de-obra unicamente da comunidade desse bairro, canalizar água de nascentes da Serra de Madureira, que abasteceriam uma represa que seria a responsável pelo abastecimento do bairro através dos canos da própria CEDAE, que enterrou os tubos no chão mas nunca se preocupou em fazer a água chegar às casas. Na verdade em uma eleição os caminhões da CEDAE somente serviram para fazer a campanha política de alguns candidatos que saíram pelo bairro com os canos prometendo resolver nossos problemas de abastecimento.<sup>30</sup>

Não possuir “influência política” é, para o senhor Antônio, algo que somente pode ser resolvido por meio da “organização de órgãos paralelos que consigam substituir o governo e que não precisem submeter a comunidade aos políticos”. Compreendem-se também com as palavras desse líder popular os motivos pelos quais não se deve confiar nas associações de moradores:

[...] sem nenhuma exceção essas associações se juntam a um bando de políticos que somente esperam a ajuda do nosso trabalho para colocar depois de uma obra porca pronta uma faixa em que a comunidade agradece o trabalho sujo do bandido do político. Além disso, todo presidente de associação acaba virando político. Não dá pra confiar mesmo.<sup>31</sup>

Sobressai-se das palavras do senhor Antônio a nítida impressão de que o seu papel de liderança dentro da região onde vive a mais de cinquenta anos somente pode ser reconhecido na medida em que ele consiga mobilizar os seus vizinhos, conscientizando-os de que ele mesmo já experimentou reclamar e que, se a utiliza-

ção de sua energia não adiantou, resta unicamente, como esperança de “dias melhores para a Chatuba”, colocarem os moradores mesmos a “mão na massa”, fazendo para a “comunidade” o que a prefeitura de Nova Iguaçu<sup>32</sup> e o governo do estado nunca se preocuparam em fazer.

O perfil do líder marginal da região da Baixada Fluminense traçado até aqui permite-nos chegar às seguintes conclusões: é esse elemento alguém necessariamente integrado à comunidade em que vive, ele não existiria sem a informalidade de resolução de problemas práticos, pois, conforme vimos, é ele parte integrante dessa informalidade, agindo como um elemento facilitador na medida em que organiza os trabalhos realizados dentro da rede. Desvinculado da rede, o líder marginal poderia surgir unicamente como mais um dos “políticos” que pululam na região, ignorando o trabalho mudo da rede de resolução de problemas práticos, ou – mais comumente – se aproveitando da boa vontade de alguns “inocentes” para conseguir votos por meio da realização de “obras de maquiagem” que, ainda segundo o senhor Antônio, “acabam com a primeira chuva”.

Muito embora a presença desse tipo de liderança nos bairros baixadenses seja comum, a imprensa local somente os focaliza em momentos extremos, quando, por exemplo, uma ponte derrubada há muito tempo é reconstruída pelos moradores de um bairro, quando a falta de água potável determina planos alternativos para a captação e distribuição desse produto, quando um membro da comunidade, cansado da insegurança, resolve, com a ajuda de vizinhos, organizar um grupo de extermínio destinado “à limpeza do bairro”,<sup>33</sup> ou quando mutirões organizam-se para desobstruir “valões”, etc.

Ao longo do tempo a liderança marginal foi se transformando até estabelecer-se como algo nitidamente diferenciado do que a imprensa local chama de “lideranças políticas locais tradicionais”.<sup>34</sup> Os líderes marginais eleitos vereadores, prefeitos e

deputados estaduais são em grande parte os responsáveis por movimentos de mobilização popular, como as emancipações distritais ou o incentivo ao trabalho realizado em mutirões compostos por moradores de bairros periféricos das cidades baixadenses. Não é completo o desenho do líder marginal se não nos lembrarmos que grande parte desses líderes – de forma lenta, porém decisiva – tomou assento primeiramente nos legislativos municipais e depois nas prefeituras dos distritos iguaçuanos emancipados. Essa “invasão” é facilmente constatada verificando-se, por exemplo, que entre os componentes da Câmara Municipal de Belford Roxo, grande parte dos vereadores é oriunda de bairros periféricos, onde se destacaram anteriormente como líderes comunitários.

Relatos e análises de casos recentes ocorridos na Baixada Fluminense servem-nos como meios de explicitar e desvendar as maneiras como as lideranças marginais surgem, se desenvolvem e relacionam-se com a população proletária de nossa região. O caso relatado abaixo ocorreu no ano de 1999, no município de Duque de Caxias, no início do mês de junho. Um jovem chamado Adriano Vianna, morador da favela de Nova Jerusalém, procurou o serviço de emergência do hospital geral de Duque de Caxias pela madrugada após ter sido alvejado por um tiro em uma das pernas.

Parecendo orgulhar-se dos seus atos,<sup>35</sup> ele não tentou fugir das perguntas dos policiais de plantão no hospital. Ao contrário, relatou detalhadamente todos os atos criminosos em que estivera envolvido desde o início daquela madrugada. Matara, segundo o seu próprio relato, dois dos componentes de um bando de traficantes que atuava naquela favela pelo menos há três anos. Adriano contou aos policiais que parara juntamente com alguns de seus colegas em um bar localizado no interior da favela e logo que chegou, percebeu também estarem ali, bebendo cerveja, dois traficantes que anteriormente haviam ameaçado uma das suas sobrinhas e o seu cunhado. Os dois traficantes prosseguiram bebendo e passaram a “jogar indiretas”, reforçando as ameaças aos parentes

de Adriano. Este e os colegas que o acompanhavam, percebendo que os bandidos se encontravam parcialmente embriagados, se apoderaram da arma de um deles, dominando os dois bandidos e em seguida conduzindo-os para um terreno baldio onde Adriano e um de seus colegas revezaram-se na execução dos dois bandidos submetidos, que logo após serem mortos tiveram os seus cadáveres lançados em um canal de esgotos que margeia a favela de Nova Jerusalém.

Terminada a execução, Adriano continuou com a arma do crime e resolveu por sua própria conta localizar os outros componentes do bando de traficantes que ameaçavam os seus parentes e eliminá-los. A fim de pôr em prática as suas idéias, dirigiu-se ao barraco do chefe do bando e tentou matá-lo. Ao invadir o barraco deste terceiro criminoso, terminou sendo atingido na perna pelo bandido que se escondera embaixo da cama e que, após alvejar Adriano, saiu por uma janela e fugiu atirando a esmo. A preocupação com o ferimento era grande; porém, antes de buscar socorro, o catador de lixo do aterro sanitário de Jardim Gramacho, que, naquela época, possuía vinte anos, escondeu a arma dos crimes em um matagal, estancou o sangue do seu ferimento com um pano e esperou por um ônibus que o conduziu até o hospital.

Após ser atendido pelo serviço médico, detalhar ao máximo suas ações e ser conduzido à 59ª delegacia policial de Duque de Caxias, onde voltou a narrar as suas ações anteriores aos policiais civis, Adriano – detido pela polícia – retornou a Nova Jerusalém a fim de apontar para os policiais militares o local onde depositara os corpos dos traficantes mortos e onde escondera a arma do crime. A água lamacenta, repleta de detritos e fétida do canal fluvial que margeia a favela, não permitiu a recuperação imediata dos corpos, que somente foram encontrados e resgatados na segunda-feira, já em estado de decomposição devido ao estado precário da água em que ficaram mergulhados por cerca de 48 horas.<sup>36</sup> Quanto

à arma dos crimes, ela foi encontrada ainda no domingo e estava exatamente onde ele dissera que escondera.

Após o resgate dos corpos, da arma, e a prisão de Adriano tudo indicava que a vida prosseguiria normalmente na favela vizinha do bairro de Gramacho. Afinal de contas assassinatos, tiroteios, prisão de criminosos e tráfico de drogas correspondem a fatos cotidianos de qualquer favela ou bairro popular baixadense. Não afirmo que tudo isto ocorre o tempo todo, sendo lógico que varie em intensidade de local para local e de tempos para tempos. Na visão essencialmente generalizante dos policiais, entretanto, todo aquele enredo de crimes não significava nada além da rotina, e mesmo Adriano Vianna, sendo um criminoso de tipo diverso do mais comum, os seus atos não eram diferentes dos atos de criminosos ordinariamente encontrados na Baixada Fluminense: os justiceiros. Porém, a figura de Adriano não o relacionava diretamente com os justiceiros. Mas isso era pouco importante naquele momento. O único cuidado era não misturá-lo com criminosos comuns. A cela destinada aos presos ameaçados deveria ser usada, e o caso estava encerrado segundo o ponto de vista dos policiais. A coisa toda, entretanto, ia somente pelo seu meio.

A partir da prisão de Adriano, a população de Nova Jerusalém parece ter percebido a possibilidade de alterar a sua realidade imediata e resolveu agir por conta própria para

[...] fazer com que os bandidos que ainda estavam entocados na favela fossem embora. Se um cara sozinho tinha feito uma coisa igual aquela, por que que a gente não ia conseguir parar com toda aquela coisa horrível que tava acontecendo por aqui?<sup>37</sup>

Essa maneira de pensar rapidamente espalhou-se pela “comunidade”, e naquela mesma segunda-feira de resgate dos corpos dos bandidos, a ação popular passou a orientar-se no sentido de

reagir aos desmandos do bando de traficantes que “infestava” a favela:

Acho que naquele mesmo dia a tarde alguns moradores começaram a pensar em fazer a vigilância das entradas para não permitir a volta dos bandidos que fugiram e também para expulsar os que ainda estavam lá. Começou uma gritaria pelas ruas e gente com foice e pau começou a andar pelos becos. As mulheres avisavam que iam matar os bandidos e os que ainda estavam lá foram embora antes da noite [...].<sup>38</sup>

509

A fala dos entrevistados mostra ao mesmo tempo uma grande espontaneidade na ação e o início de uma organização popular que visualizava na expulsão dos bandidos um caminho seguro para a mudança da situação estressante vivenciada pelos moradores daquela favela nos meses imediatamente precedentes:

[...] a gente aqui tava numa situação difícil de agüentar. Mor-te direto com um bando de traficante ruim a bessa que não respeitava ninguém daqui. De repente todo mundo começou a ver saída e começou a querer organizar pra não deixar eles voltar. Ficamos na ponte ali vigiando quem entrava e aqui todo mundo passou a vigiar a rua com pau e enxada para não deixar eles voltar.<sup>39</sup>

Acho que todo mundo daqui viu que era fácil parar aquilo e se organizou para evitar a volta dos bandidos e do terror de antes. Não sei como começou, mas acho que depois do Adriano todos viram que era fácil evitar o terror do bando e começou a organizar a resistência.<sup>40</sup>

Iniciado o processo de “resistência”, tudo passou a parecer “fácil” e ao mesmo tempo sem volta. Toda a pressão dos últimos meses explodiu de maneira repentina e não significou uma vingança pelas inúmeras mortes de “trabalhadores” ocorridas na favela

em poucos meses, e sim o desejo básico de manter-se vivo e distante das cenas de horror levadas adiante pelos traficantes debandados pelos tiros de Adriano Vianna e pelas ferramentas e improvisados cassetetes feitos pelas mulheres e homens de Nova Jerusalém.

O surgimento das milícias de favelados chamou a atenção da polícia, principalmente após os moradores de Nova Jerusalém terem manifestado o seu apoio ao jovem Adriano por meio do deslocamento de uma caravana de moradores que se postou em frente à 59ª delegacia policial exigindo a soltura do seu “herói”.

Naquele mesmo dia, uma viatura da polícia militar passou a circular na avenida que limita um dos lados da favela, e em alguns momentos do dia fixou-se nas imediações de Nova Jerusalém. Dentro da comunidade, os policiais, entretanto, não circularam em nenhum dos momentos da crise. Segundo os testemunhos de alguns policiais era muito complicado colocar viaturas e mesmo andar a pé lá dentro:

[...] era possível que viaturas atolassem na lama da única rua larga o suficiente para que automóveis circulassem e nas vielas a presença dos policiais significaria um grande risco, uma vez que era muito fácil ser surpreendido por bandidos principalmente porque desconheciam totalmente aquele local.<sup>41</sup>

Devido muito provavelmente à excessiva diplomacia da presença policial, nada se alterou substancialmente na vida dos favelados: o medo continuou impulsionando a ação popular, e até mesmo as milícias que patrulhavam os becos mantiveram-se em ação a fim de evitar o retorno dos traficantes.

Tornava-se mais evidente o que todos os moradores de Nova Jerusalém já sabiam: não existia motivo para que o poder público se interessasse por aqueles favelados e se preocupasse com os seus inúmeros problemas. A própria colocação de uma viatura nas cercanias da favela e não em seu interior personificava a posição do



poder público em relação àquele “bando de miseráveis”.<sup>42</sup> O principal medo dos moradores de Nova Jerusalém – o retorno dos bandidos – não passou das ameaças, e momentaneamente as mortes sem sentido deixaram de existir.

O caso Adriano e a revolta dos favelados chamaram a atenção da imprensa, que noticiou escassamente os acontecimentos. Também algumas organizações não governamentais souberam do ocorrido e providenciaram defesa para o jovem matador de bandidos que acabou livre e transformado em testemunha, tendo os membros do Ministério Público alegado, para defender a sua soltura, que ele agira em legítima defesa, apesar de Adriano haver relatado aos policiais que se revezara com o seu colega no uso da arma que executou os bandidos. A vigília popular sobreviveu ao caso, e em novembro de 1999 ainda eram detectáveis restos da organização popular surgida após os conflitos com os bandidos. A reação de Adriano Vianna aos horrores do tráfico pareceu ser unicamente o agente deflagrador da revolta ulterior.

Quando mergulhamos no caso e descobrimos o seu contexto, percebemos que funcionou ele como um significativo divisor de realidades. No período imediatamente anterior às mortes dos dois bandidos a situação naquela favela excedia em muito aquilo que cada morador entendia como o tanto suportável de violência:

O grupo do Pedrinho [Pedro Moura Cardoso, líder dos bandidos mortos por Adriano ou expulsos de Nova Jerusalém pelos moradores] estava lá há muito tempo, só que não era tão horrível como naquela época<sup>43</sup> [...] eles não era vagabundo igual a maior parte [...] eles barbarizava o tempo todo e ficaram malucos de a pouco tempo: estuprava qual quer uma, matava com pedrada, paulada, facada e jogava no rio [Sarapuí, que limita a favela]. Ninguém escapa. Trabalhador morre. Pastor morre. Maluco morre. Mulher é morta. [...] sem chance de ficar lá com aquilo rolando daquele jeito.<sup>44</sup>

## A Baixada Fluminense em perspectiva

A gente... todo mundo... convive bem com a bandidagem de lá. Só que aquilo não era normal. Barraco incendiado, criança estuprada, velha jogada no rio, trabalhador, pastor morto por bobeira. Passou do limite a barbaridade deles. Ninguém quer se misturar com bandido. Quer só viver onde dá pra gente. Do jeito que era não dava pra agüentar aquilo.<sup>45</sup>

Após o caso, uma espécie amarga de esperança passa a ser observada e é rememorada pelas falas dos entrevistados:

Ninguém daqui queria fazer daqui o céu [...] era só uma reação as maldades deles. [...] ninguém tinha chance se não fizesse aquilo lá. Todo mundo via chance de ser morto ou agredido por eles. Difícil demais antes deles irem embora viver [...] agora não é que tenha mudado tudo, mas dá pra sair mais tranqüilo pelo menos. Dá menos medo agora.<sup>46</sup>

Depois de tudo aquilo a gente passou a ter mais paz e viu que dava para reagir e viver de um jeito menos [indecisão] agora tenho medo mas é menos que no tempo do Pedrinho. Lá era um inferno e único jeito era sair. Só que nós não tinha para aonde ir. Se saísse ia para a rua virar mendigo.<sup>47</sup>

Nova Jerusalém não deixou de ser o que era devido à ação de Adriano e de seus outros moradores. Esse episódio equivaleu no máximo a um ínfimo hiato na rotina de violência da Baixada. Logo após o caso da expulsão dos traficantes, tudo voltou a girar em seu eixo “natural”: os moradores lentamente foram afrouxando a guarda, se desarmando, a favela percebeu que era muito mais seguro e tranqüilo o surgimento de um “dono” não muito “selvagem”.<sup>48</sup> Antes disso, entretanto, Adriano Vianna foi libertado e desapareceu de cena, provavelmente transformado em *office boy* pela ação de uma organização não governamental de defesa dos direitos humanos localizada no município vizinho de São João de Meriti. Final melancólico e monótono, porém não surpreendente.

Nova Jerusalém é uma exceção? O movimento espetacular de seus habitantes revelou-se uma anomalia do padrão de comportamento popular na Baixada Fluminense? Ou, ao contrário, apesar de único, esse caso notabiliza-se exatamente por aparecer como uma confirmação de certa maneira popular de lidar com as dificuldades cotidianas à margem do poder público?

Variações do caso Adriano são bastante comuns nos jornais populares de diversas regiões brasileiras. E pode-se dizer que casos semelhantes a esse expressam a escalada assustadora de violência que vive grande parte das regiões metropolitanas sul-americanas no momento atual.

A singularidade da ação de Adriano e de seus vizinhos de infortúnio deve-se não exatamente ao fato de essa história ter se passado na Baixada Fluminense, nem sequer porque ele revela a degradação do meio físico e humano<sup>49</sup> do segundo, muito desigual e mais evidente conjunto urbano nacional. A sua singularidade prende-se à sua riqueza simbólica, que é uma decorrência ao mesmo tempo dos seus inúmeros desdobramentos e das suas muitas causas.

Independentemente de estarmos interessados em entender as suas causas ou os seus efeitos, as ações de Adriano e de seus vizinhos outorga aos personagens do nosso relato o *status* de cicerones involuntários de uma viagem com base nas características políticas econômicas e sociais da nossa região.

Favelas na Baixada Fluminense são excepcionalidades.<sup>50</sup> Porém, essas “excepcionalidades” ganham cada dia mais força e revelam um aspecto subterrâneo da vida baixadense. Na medida em que os municípios dessa região se desenvolvem economicamente e abandonam o adjetivo “dormitórios”, diferenciando-se cada vez menos do município do Rio de Janeiro, uma nova dinâmica orienta a ocupação do solo urbano da Baixada, e as favelas surgem nesse cenário como uma incômoda vizinha dos bairros populares resultantes da aglutinação dos diversos loteamentos originários.

Quando me propus a construir um relato acerca dos atos do jovem catador de lixo Adriano Vianna, conscientizei-me de que era imperativo visitar a favela de Nova Jerusalém, principalmente a fim de construir os documentos que embasariam as minhas análises. Os poucos lances da vida daquela favela revelados nos parágrafos anteriores são suficientes para sugerir quais dificuldades podem ser encontradas para estranhos que desejem entrar e permanecer em segurança naquela “comunidade”. Como meu bom senso me dizia que a abordagem direta era o pior dos métodos de investigação, tentei atingir a favela por meio de dois caminhos diversos. Pareceu-me óbvio procurar o próprio Adriano ou conhecidos e vizinhos seus no local em que ele trabalhava na época dos crimes. O lixão (Aterro Sanitário) de Jardim Gramacho parecia-me o local ideal para a busca de informações. Ali encontrei alguns conhecidos do catador de lixo. Porém, logo percebi que eles me informavam muito mais sobre Adriano e muito menos sobre Nova Jerusalém. As informações sobre o catador eram bem-vindas, mas eram também insuficientes para os meus propósitos. O segundo caminho imaginado parecia-me o mais perigoso e menos frutífero, no entanto acabou revelando-se como superior. Resolvi visitar as cercanias da favela e, a partir da suposição de que os primeiros moradores dali deveriam pertencer a algum grupo evangélico (o nome da favela sugeriu-me isso), entrei em contato com lideranças das diversas igrejas evangélicas que cercam a favela ou que estão no centro do bairro de Gramacho. Descobri rapidamente que grande parte dos moradores de Nova Jerusalém e, de outras favelas de Gramacho eram membros daquelas igrejas, o que significou o encontro de testemunhas que habitavam o interior da favela. Ganhava assim, ao mesmo tempo, material bruto para ser lapidado e parceiros para um trabalho que eu não ousaria realizar: levantar os dados sociopolítico-econômicos dos habitantes de Nova Jerusalém. Além disso, vi a possibilidade, a partir dos meus primeiros contatos com os habitantes de Gramacho, de comparar

a fala dos moradores do bairro com a fala daqueles que habitam a favela. Mesmo antes de qualquer entrevista era possível perceber uma grande animosidade dos moradores de Gramacho para com os favelados presentes naquele antigo bairro de Duque de Caxias. Os adjetivos para qualificar Nova Jerusalém ou seus moradores (ou Jerusalém como grande parte dos moradores de Gramacho chamam indistintamente as favelas) revelam o quanto é incômodo conviver com a “perigosa” novidade representada pelas favelas.

O pastor Caio e o senhor Daniel foram os primeiros moradores do bairro de Gramacho entrevistados por mim de uma maneira mais formal. Os dois, envolvidos de maneiras diferentes com mobilizações populares em Gramacho, contaram-me histórias em certos aspectos muito semelhantes sobre Nova Jerusalém e seus habitantes. Resumo duas dessas histórias como forma de demonstrar a estranheza do bairro em relação à favela.

Segundo o pastor Caio, uma das mulheres moradoras de “Jerusalém” passou a freqüentar a sua igreja. Essa mulher, que possuía três filhos, sendo “[...] cada um de um pai diferente”, não possuía um “barraco” naquela favela e residia em uma tenda feita com restos de obras de construção civil. Assim que chegou à igreja começou a ser ajudada, recebendo cestas básicas. Constantemente procurava o pastor porque queria comprar um barraco na favela. Encontrou um barraco à venda ali e disse que ele custava mil reais. Como não possuía o valor, e todos ficaram “apiedados” com a situação daquela mulher e seus filhos, uma “vaquinha” foi feita entre os membros da igreja e o barraco foi comprado. Passado algum tempo a mulher desapareceu das reuniões e começou a ser vista de “bermuda”<sup>51</sup> nas ruas de Gramacho. O pastor soube que ela arranjava um homem da favela e que já estava grávida. Passado mais algum tempo, a mulher voltou à igreja já com um novo bebê e sem o barraco, que foi vendido pelo pai do seu quarto filho. Desta vez, o próprio pastor deu ordem ao departamento de assistência social da igreja para que “[...] nem um grão de arroz deveria sair de lá para alimentar aquela mulher e seus filhos”.<sup>52</sup>

A história do senhor Daniel diz respeito também a uma tentativa de ajudar uma moradora da “comunidade favelada”. O relato desse incidente veio à sua memória quando referiu-se à dificuldade que era ajudar alguém de Nova Jerusalém. Segundo ele, tudo começou quando foi procurado por uma moradora, que chorava e tremia muito porque havia sido expulsa com os seus filhos da favela com a roupa do corpo após o seu barraco ser “queimado”. A expulsão se dera porque as filhas dessa mulher estavam crescendo e os bandidos desejavam “usá-las como mulheres”, porém, a mãe se opôs àquela situação de uma forma muito vigorosa, o que resultou em um “ataque de raiva” dos bandidos, que impuseram a ela e seus filhos a imediata saída dali. O senhor Daniel alojou a família provisoriamente em uma igreja e conseguiu em um bairro próximo de Gramacho um sítio onde a família poderia morar e trabalhar. Julgava o senhor Daniel que poucas pessoas dentro e fora da favela souberam da sua interferência no caso. Acontece que pouco tempo após o ocorrido ele foi parado por uma mulher enquanto fazia compras em uma mercearia do bairro. A mulher que ele não conhecia, mas logo soube que morava na favela, acusou-o de ajudar inimigos de traficantes, e disse que o “dono” da favela estava descontente com os seus atos. A partir daí a sua vida tornou-se “um tormento”. Desconfiava que tudo aquilo não passava de boato, mas temia por sua família principalmente porque não compreendia os motivos dos bandidos. Após algum tempo de muita apreensão, tudo se acalmou porque os traficantes da favela começaram uma “guerra” interna, o que fez com que os seus passassem a não serem mais importantes para o “dono” da favela. A morte do traficante que supostamente o ameaçara afastou de forma definitiva o perigo.<sup>53</sup>

As duas experiências demonstraram a esses dois moradores antigos de Gramacho que é muito perigoso e pouco compensador envolver-se com os habitantes da favela. Para mim, a audição desses e de diversos outros fragmentos de memórias pertencentes a

moradores de Gramacho demonstraram para além de qualquer coisa a condição miserável dos habitantes das favelas, a interação entre bairro e favelas e o muito de selvageria presente nas relações entre bandidos e “trabalhadores”.

Periférica em relação aos bairros populares, as favelas baixadenses são flagrantemente muito diversas dos bairros ou das favelas cariocas, sendo detentoras de uma estabilidade social muito menor que qualquer outro local de habitação proletária. A comprovação desse fato efetiva-se quando comparamos dados que se referem especificamente àquela favela com os dados gerais da Baixada Fluminense, do município de Duque de Caxias, do município do Rio de Janeiro e do próprio bairro em que se localiza a favela, conforme exposto no Quadro 1.<sup>54</sup>

Os números referentes ao município de Duque de Caxias, ao bairro de Gramacho e à região da Baixada Fluminense<sup>55</sup> são, sem nenhuma dúvida, muito semelhantes, estando as diferenças exatamente onde elas eram esperadas; por exemplo, era de se esperar que Gramacho possuísse números referentes ao saneamento básico inferiores àqueles pertencentes ao conjunto a que pertence, que é o município de Duque de Caxias. É também muito razoável pensar que o município do Rio de Janeiro possuísse indicadores sociais muito superiores àqueles presentes na Baixada. Enfim, nada nesses números foge ao que se esperaria da região periférica Baixada Fluminense ou de uma favela recente e ainda em formação como Nova Jerusalém. Não é de se estranhar, de nenhuma maneira, a não existência de fornecimento de água tratada em favelas como Nova Jerusalém, onde tanto a água utilizada como a energia elétrica fornecida originam-se de ligações clandestinas.

## A Baixada Fluminense em perspectiva

Quadro 1 – Moradores e moradias

ANO DE COLETA DOS DADOS	Nova Jerusalém (favela)	Gramacho (bairro)	Duque de Caxias	Baixada Fluminense	Rio de Janeiro (capital)
ANO	2004	2004	2000	2000	2000
Média de moradores migrantes	25%	78%	70%	81%	—
Média de moradores originários da Baixada	70%	18%	—	—	—
Tempo médio de permanência no local	3 anos	23 anos	—	—	—
Motivo da chegada ao local	Fuga de violência direta em outras áreas da região metropolitana (70%). Falta de condições de pagar aluguel em outras áreas da região metropolitana (30%)	Procura de um local melhor para trabalhar (80% das respostas)	—	—	—
Área da habitação (média)	15 m <sup>2</sup>	63 m <sup>2</sup>	—	—	—
Média de moradores da habitação	6	5	—	—	—
Média salarial	Até um salário mínimo	Até três salários mínimos	—	—	—
Tempo médio de permanência na escola	3 anos	7 anos	—	—	—
Média de habitações atendidas por rede de esgoto	0%	30%	56%	52%	78%
Média de habitações que possuem água encanada e tratada	0%	50%	69%	77%	97%
Média de habitações ligadas legalmente à rede elétrica	0%	—	—	—	—
Média de habitações atendidas por coleta regular de lixo	0%	80%	89%	78%	99%
Afeição ao local de moradia	0%	65%	—	—	—



Quando comparamos a média de tempo de ocupação da favela com o tempo de ocupação do bairro de Gramacho, somos surpreendidos não pelo grande tempo de ocupação do bairro de Gramacho, afinal de contas ele é um bairro antigo de Duque de Caxias, tendo sido ocupado principalmente a partir da década de 1940,<sup>56</sup> sendo elementar que a sua população ainda hoje seja predominantemente originária do nordeste brasileiro. Surpreendente é o pouco tempo de permanência das pessoas em Nova Jerusalém, o que revela a função área de passagem da favela. Penso que essa função tenha orientado os moradores a sempre responderem negativamente à pergunta “você gosta de morar aqui?”. Em Gramacho cerca de 65% dos moradores responderam afirmativamente a essa pergunta, dos quais cerca da metade complementaram a resposta com a informação de que morar em Gramacho é mais seguro do que morar no centro de Duque de Caxias ou em todo o município do Rio de Janeiro.

As razões de existirem instabilidades sociais tão marcantes na favela de Nova Jerusalém devem ser buscadas na história específica de ocupação daquela área do Bairro de Gramacho. Muito embora isso não seja algo fácil de determinar, moradores mais antigos do bairro de Gramacho localizam o meado da década de 1980 como a época em que surgiram os primeiros barracos. Muito dificilmente podem-se determinar as razões dos ocupantes originais das margens fétidas do rio Sarapuí, porém, alguns entrevistados caracterizaram esses primeiros moradores das áreas vazias sob os fios de alta tensão da empresa de energia elétrica Light e sobre os tubos de combustíveis da Petrobrás como famílias fugidas de enchentes em outras áreas da Baixada Fluminense. Ocorre que a Baixada é ainda uma região em que uma enormidade de lotes continua desocupada, tendo a ocupação se efetivado e prosperado principalmente naquelas regiões próximas das linhas férreas ou de centros maiores, concentradores de meios de transporte até as áreas capazes de empregar a mão-de-obra subalterna maciçamente presente na região.

O conjunto de miseráveis existentes em Nova Jerusalém personaliza de uma forma amórfica e violenta a própria maneira como se efetivou a ocupação da Baixada Fluminense, de uma maneira absolutamente distante do Estado. Apesar do mal-estar dos moradores de Gramacho, é a propósito indagar em que medida esse desconforto deve-se não às diferenças, e sim as semelhanças existentes entre esses dois pólos aparentemente tão distintos da região da Baixada Fluminense.

Restaram-me algumas indagações para as quais não possuo ainda respostas definitivas. O padrão de resolução informal de problemas subsiste na região da Baixada apesar das diversas melhorias urbanas surgidas nos últimos dez anos? Nova Jerusalém e seu povo parecem ser uma resposta positiva a esta pergunta. Apesar do seu caráter caricatural, as formas “escolhidas” pelos moradores de Nova Jerusalém para resolverem seus problemas mais angustiantes não diferem demasiadamente das maneiras dos pioneiros moradores proletários da Baixada ao “colonizarem” os loteamentos. É verdade que em Nova Jerusalém existiu uma organização precária nos episódios que relatei. Porém é mais provável que a visão de uma organização maior nos bairros formados pelos diversos antigos loteamentos deva-se unicamente ao melhor assentamento das memórias dos primeiros habitantes da Baixada Fluminense. A intempestividade da ação de Adriano e de seus vizinhos pode muito bem cheirar à organização quando as memórias sobre este caso não forem mais tão vivas como hoje são.

Parece não haver razões para pensar-se que favelas e bairros derivados dos loteamentos sejam elementos pertencentes a conjuntos diversos. Apesar dos números gerais acerca da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias serem hoje diferentes daqueles existentes nas décadas anteriores, quando verificamos os números do IBGE relativos às décadas de 1980, 1970 e 1960 verificam-se semelhanças entre as condições de vida na Baixada e seus municípios e os números existentes hoje em Nova

Jerusalém. Sem dúvida o poder público tem-se presentificado mais na região da Baixada nos últimos anos. Porém apesar da presença estatal, os dados mais otimistas dos últimos anos devem ser relativizados, pois também é fato que as melhorias não foram abrangentes, sendo muito desigual dentro da região a distribuição dos benefícios urbanos. A Tabela 1 contém os dados completos levantados pelo último censo do IBGE (2000) em relação às condições de saneamento dos mais urbanizados municípios da Baixada Fluminense.

**Tabela 1 – Saneamento em municípios da Baixada Fluminense**

Domicílio	Ligação à rede geral de esgotamento sanitário	Recebimento de água tratada	Coleta periódica de lixo
Belford Roxo	53%	72%	88%
Duque de Caxias	56%	69%	89%
Japeri	27,5%	63%	57,5%
Nilópolis	79%	96%	99%
Nova Iguaçu	51%	81%	88%
Queimados	34%	66%	87%
São João de Meriti	67%	95%	98%

Minha hipótese é a de que as melhorias deveram-se à ocorrência de um novo fenômeno político, caracterizado pela transformação de lideranças populares baixadenses em membros dos poderes executivos municipais e legislativo municipal e estadual. Tal ascensão, representada superiormente pela eleição de Jorge Julio Costa dos Santos (Joca) como prefeito de Belford Roxo em 1992 e de José Camilo Zito dos Santos Filho como prefeito de Duque de Caxias em 1996 e 2000, significou um aprimoramento ou uma substituição das ações informais dos moradores de bairros populares baixadenses.<sup>57</sup> A grande aprovação política experimentada por

estes dois prefeitos<sup>58</sup> que se elegeram tanto para os cargos legislativos como executivos enfatizando a sua situação de antigos líderes comunitários, demonstra de maneira convincente a íntima relação destes agentes estatais marginais com a população proletária dos municípios que governaram.

Se possuir algum mérito este estudo é somente o de funcionar como indicativo. Indicativo de situações estranhas e muito provavelmente presentes em grande parte das periferias urbanas brasileiras. Especificamente creio que este trabalho pode ser um modesto sinal de que a vida política de populações urbanas periféricas merece ser investigada a partir de pontos de vistas diferenciados. A visualização ampla, panorâmica utilizada até agora nas análises preocupadas com as periferias da história serviu-nos unicamente para categorizar populações não localizáveis nos centros das sociedades ocidentais como “bilontras”, “massas de mão-bra”, “parceiros fantasmas”, etc. Efeitos diversos deste, muito provavelmente, podem ser obtidos quando lentes mais fortes passam a ser utilizadas na verificação dos processos históricos levados adiante pelas populações proletárias da Baixada Fluminense.

Um idioma político próprio subsiste na região da Baixada Fluminense. Ele é em tudo diverso dos idiomas que tradicionalmente foram eleitos como praticados pelos baixadenses. Um caminho completo existe ainda para ser trilhado a fim de poder se definir mais precisamente as maneiras como a população da Baixada Fluminense comporta-se diante da pequena presença estatal e de um arranjo sobremaneira confuso do espaço urbano.

Tenho esperança de que análises que levem em consideração uma dinâmica mais microscópica possam contribuir de forma significativa para que a história desta região se confunda menos com as diversas generalizações sobre as formas proletárias de ocupação das grandes cidades da América Latina.

Sou tentado a considerar as ações de Adriano Vianna e as reações dos moradores de Nova Jerusalém como atos, a sua ma-

neira, políticos e presentes continuamente na vida dos habitantes proletários dos bairros periféricos da região da Baixada.

Tanto o caso Adriano como a reação levada adiante pela favela onde ele residia são extremos e por isso mesmo perceptíveis, localizo, entretanto, esse movimento de substituição das ações estatais como possíveis em diversas das regiões miseráveis do Brasil e possibilitadoras do incremento de atos – nem sempre tão bizarros como estes relatados aqui – evidenciadores de maneiras populares de lidar com instâncias do poder público (ou com a ausência destas instâncias) e formas eficientes de criação de lideranças políticas por vezes carismáticas mas sempre muito pragmáticas nas suas ações públicas.

Tal praticidade na ação não significa, entretanto, uma elaborada tentativa de substituir o Estado. As ações populares são invariavelmente pontuais e emergenciais sendo necessário enxergar essas ações em conjunto e de forma panorâmica se se tem como desejo trabalhar com uma idéia de organização popular.

O estreitamento da visão acerca da população da Baixada, entretanto, não permite generalizações amplas. Sob o microscópio as maneiras de agir dos elementos populares surgem como soltas, imediatas, gratuitas, desesperadas, pouco profundas. Enfim, a adjetivação das ações populares sempre conduz-nos ao distanciamento da idéia de que exista uma mínima organicidade, porém incentiva-nos a estabelecer uma forma de observação que se caracterize por ser mais direta e que valorize o discurso dos habitantes das comunidades baixadenses, não caminhando na direção de esforçar-se para conformar o discurso dos moradores com idéias preconcebidas acerca das maneiras populares de se relacionarem com as dificuldades cotidianas e com os agentes políticos formalmente relacionados com o poder público.

Muito provavelmente a análise das relações políticas dessas comunidades empobrecidas da Baixada Fluminense permitam-nos pensar na possibilidade de se encontrarem novos enfoques teóricos que expliquem tanto o universo interno e particular das

comunidades quanto às relações que tais grupos sociais mantêm com o “mundo exterior”. Colocar-se dentro da comunidade e descobrir os idiomas próprios dos seus componentes é algo que possivelmente pode contribuir para o estabelecimento de novas e mais detalhadas análises.

***Baixada Fluminense in microanalytic perspective***

**Abstract.** This paper considers tries to show the ways as the process of popular occupation of the of the state of Rio de Janeiro Lowered one occurred and of as such process of uncontrolled proletarian and not attended for the State it determined the forms of resolution of problems in that region, the sprouting of a sui generis politics leadership, that we call delinquent for the fact to be at the same time unmendably on to the popular ways of action politics and to characterize for not following the traditional form of communitarian leadership, invariably possessing of a revindicative character. In contrast of this, the leader of that region “Lowered” is recognized as one and he is as much more appreciated as more he moves away from the traditional forms of action politics. I report and analyze an occurred case of popular revolt in the quarter of Gramacho in the city of Duque de Caxias, when the population of the slum quarter of Nova Jerusalem banished all the existing traffickers in that slum quarter after two from these had been killed for a young beggar (Adriano Vianna) resident in that slum quarter.

**Keywords:** Baixada Fluminense. Marginal leaders. Popular insurrections.

**Notas**

<sup>1</sup> Atualmente, chama-se eufemisticamente no Brasil de “áreas de fragilidade social” regiões miseráveis semelhantes à Baixada.

<sup>2</sup> Em algumas das décadas localizadas entre 1920 e 1980, a região da Baixada Fluminense recebeu tantos migrantes que se notabilizou por ser a região brasileira que mais rapidamente cresceu em números de pessoas que chegavam de outras partes do Brasil (Segadas, 1960, p. 120).

<sup>3</sup> *Semi-urbanização* foi a melhor palavra encontrada para definir o estado atual da Baixada Fluminense: composta de cidades com baixa infra-estrutura urbana e de periferias extremamente desparelhadas.

<sup>4</sup> Geograficamente, a Baixada Fluminense é uma região mais ou menos ao nível do mar que se estende paralelamente à costa, constituindo-se em um corredor localizado entre a Serra do Mar e o oceano. Possui como limites o município de Itaguaí do

lado oeste e a divisa com o estado do Espírito Santo do lado leste. Esse grande território é subdividido em áreas menores de acordo com as suas peculiaridades fisiográficas. E uma dessas divisões é a Baixada da Guanabara, que corresponde à parte da Baixada Fluminense localizada no entorno da Baía da Guanabara (Geiger; Mesquita, 1956, p.5).

<sup>5</sup> Exemplo melhor dessa mobilização contra as favelas talvez seja a criação, em 1941, da Comissão Encarregada do Estudo dos Problemas de Higienização das Favelas, que tinha como funções controlar a entrada no Distrito Federal de “indivíduos de baixa condição social” e recambiar os indivíduos já instalados nas favelas para os seus estados de origem, ou a “Batalha do Rio”, promovida pelo jornalista Carlos Lacerda em 1947 e que possuía como finalidade primeira conscientizar as autoridades municipais, estaduais e federais a fim de tornar possível o cercamento dos morros e o controle policial da invasão de “indigentes” (cf. Parisse, 1969).

<sup>6</sup> Um parêntese nessa exposição faz-se necessário para melhor explicitar como se verificaram as inúmeras divisões ocorridas após os anos 1940 na Baixada Fluminense e que transformaram Nova Iguaçu – até os anos 1940 o único município do que hoje denominamos Baixada Fluminense – no médio município que ele é nos dias atuais. Nova Iguaçu deu origem aos seguintes municípios: Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (1947 - destacado de Duque de Caxias), Nilópolis (1947 - destacado de Nova Iguaçu), Belford Roxo, Japeri, Queimados (1988 - todos destacados de Nova Iguaçu) e Mesquita (1999) também destacado do que restou de Nova Iguaçu. Tais ressalvas na determinação do que chamar de Baixada Fluminense, longe de significar o cultivo de preciosismos, equivale ao desejo de demarcar com exatidão a região da qual falamos. A intenção aqui é fazer com que a designação Baixada Fluminense evoque o conjunto de oito municípios pertencentes à Região Metropolitana do Rio de Janeiro que, ocupados recentemente, caracterizam-se, resumidamente, por possuírem uma grande população proletária ocupante de um antigo solo agrícola transformado, parcialmente, através das empresas loteadoras, em urbano.

<sup>7</sup> Esta designação foi ouvida pelo autor ao realizar uma entrevista com um antigo morador de Nova Iguaçu até hoje inconformado com a transformação da Baixada em área urbana ocupada por migrantes nordestinos.

<sup>8</sup> Conforme explicitamos acima, Nova Iguaçu é hoje o nome de uma cidade média da região da Baixada. Entretanto, para esse primeiro período apresentado aqui, a designação Nova Iguaçu pode ser lida como um substituto do termo Baixada Fluminense, na medida em que até o ano de 1943 todo o território hoje pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e chamado hoje de Baixada Fluminense fazia parte do município de Nova Iguaçu.

<sup>9</sup> Uma prova da impossibilidade de se pensar nas vilas-entrepósitos como focos permanentes de povoamento pode ser obtida em uma visita ao atual bairro Iguaçu

## A Baixada Fluminense em perspectiva

Velho: o conjunto de ruínas cercadas por loteamentos fracassados e casebres perdidos no matagal e nos alagados, mal deixam perceber que ali se localizou a próspera vila de Iguassú, tão cara aos memorialistas regionais.

<sup>10</sup> A antiga vila de Iguassú perdeu totalmente a importância devido ao fato de em 1858, aos pés da serra de Madureira e em uma localidade conhecida como Maxambomba, confluência de alguns caminhos e, por isso, pousada de caravanas de tropeiros, ter sido inaugurada uma das estações da Estrada de Ferro D. Pedro II, futura Central do Brasil. (Segadas, 1960, p. 45; Peixoto, 1963, p. 19; Pereira, 1997, p. 73 et. seq.).

<sup>11</sup> Regiões muito próximas do antigo Distrito Federal como São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias já experimentavam o fracionamento de suas fazendas bem antes do “boom” loteador ocorrido entre 1950 e 1970, o que ocorreu, segundo Segadas, exatamente devido à proximidade dessas regiões com o Distrito Federal que se expandiu, anexando antigas fazendas iguaçuanas (Segadas, 1960, p. 72-77).

<sup>12</sup> Na realidade, a produção de cítricos na Baixada não se sustentou por muito tempo. Desde as primeiras plantações até o seu final não decorreram nem ao menos 50 anos, período hoje cultuado fervorosamente por memorialistas que contrapõem essa época aos loteamentos, engrandecendo aquela para esquecer-se dos grandes males causados pelos migrantes (cf. Carvalho, 1999).

<sup>13</sup> Considerando que o seu “barracão” não está, após vinte anos, pronto e que ele continuou até aposentar-se trabalhando em um serviço pesado, a utilização do verbo no passado (era) para designar a sua situação financeira enquanto construía a casa, serve para enfatizar o valor que ele doa à construção dessa casa (Entrevista concedida por Clenio de Lima Santos em 01 nov. 1995).

<sup>14</sup> Segundo um estudo feito durante a década de 1970 no bairro de Bom Pastor, localizado no maior distrito de Nova Iguaçu – Belford Roxo –, gastava-se em média dois dias para que a primeira parte da casa ficasse pronta (Lima, 1979, p. 25).

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Otacílio José de Freitas em 21 nov. 1995.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Antonio de Souza Leite em 01 dez. 1995.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Entrevista concedida por Guilherme Antônio Novaes em 10 out. 1995.

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Jorge Queiroz em 29 out. 1995.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Fabiano da Silva Queiroz em 29 out. 1998.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Fernando Ferreira Matos em 09 abr. 1999.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Marcos Vinícius da Silva em 02 set. 1998.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Caetano de Souza Castro em 03 jan. 2001.

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Clenio de Lima Santos em 01 nov. 1995.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Lílian Expedito Cordeiro em 22 jul. 1998.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por João da Silva Moreira em 30 jun. 1998.



<sup>27</sup> Antônio Távora: empresário e vereador por Nova Iguaçu desde finais da década de 1980.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Vítor Augusto Barcelos em 10 set. 1999.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Antonio de Souza Leite em 21 ago. 1995.

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Antonio de Souza Leite em 21 ago. 1995.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Atualmente, o bairro da Chatuba é parte integrante do município de Mesquita, que se emancipou de Nova Iguaçu em 1999. Em 1995, portanto, Chatuba era um bairro pertencente a Nova Iguaçu.

<sup>33</sup> O jornal *Hoje*, de 30 jan. 1987, noticiou o sucessivo surgimento de cadáveres em uma das ruas do Bairro Barro Vermelho em Belford Roxo. Curioso era que os cadáveres sempre apareciam em um mesmo local: próximos de um muro em que se podia ler a seguinte inscrição “estamos limpando o bairro”. Aliás, a inclusão entre os trabalhos da rede de resolução de problemas práticos dos justicamentos tão comuns na Baixada choca-se em completo com a dissertação de Josinaldo Aleixo de Souza (1997), que abordou o tema dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, entendendo-os como organismos criados por policiais pagos por comerciantes ou traficantes interessados em manter o controle sobre regiões das quais dependem (à moda das favelas) para manter os seus negócios e a sua impunidade. Não negamos a possibilidade de existirem grupos de extermínio criados por policiais e mantidos por comerciantes, porém, considero que Josinaldo esqueceu-se de fazer a seguinte pergunta, na minha visão, fundamental: quem preferencialmente são as vítimas dos matadores? Se houvesse investigado apropriadamente ele perceberia que em sua maior parte são delinquentes moradores do próprio bairro onde acabam morrendo, não existindo na Baixada, por parte da população, aquela comoção habitualmente vista na morte de traficantes de favelas cariocas. Ao contrário, nos bairros baixadenses uma certa sensação de alívio surge do fato de estarem sendo mortos os “mandrinhos” de um determinado bairro. Também se esqueceu o autor de demonstrar a participação popular nesses justicamentos. Como em qualquer investigação social, não é desejável ignorar a atitude mental da população. E a população da Baixada Fluminense consegue até ultrapassar crenças religiosas, no entendimento de que é necessária a prática dos extermínios: “Não acredito que o Joca [primeiro prefeito de Belford Roxo e considerado chefe de grupo de extermínio] fosse matador, mas também se fosse não veria nada de tão monstruoso nisso. Esses caras matam quem precisa morrer mesmo. Obedecer essas frescuras de defesa dos direitos humanos é piada para gente como a gente que aqui não tem direito a nada. Dizer que quem entra na casa de quem trabalha, estupra a mulher e as filhas dos outros e mata trabalhador tem direito chega a ser maldade. Para mim só importa saber que ele foi o único homem público que se importava com o povo. Se ele matava, era falso, indo a igrejas evangélicas e a macumbas, desviava o dinheiro

## A Baixada Fluminense em perspectiva

da prefeitura... isso todo político faz. Pelo menos Belford Roxo deixou de ser a terra de ninguém que era quando não era emancipada.” (Entrevista concedida por Jorge Queiroz em 29 out. 1995). O tema grupos de extermínios não é objeto deste estudo, porém. Considero que um estudo mais detalhado sobre esse assunto é necessário.

<sup>34</sup> *Jornal de Hoje*, 23 ago. 1992, p. 4.

<sup>35</sup> As impressões sobre o comportamento de Adriano Vianna devem-se às entrevistas concedidas ao autor deste trabalho pelos policiais militares que o ouviram no hospital, que o conduziram de volta à favela de Nova Jerusalém e que o levaram a 59ª delegacia policial de Duque de Caxias.

<sup>36</sup> Os corpos somente foram resgatados devido ao auxílio dos moradores da favela e, juntamente com os corpos dos dois bandidos, os bombeiros retiraram do canal fluvial o corpo de uma das moradoras da favela e o corpo de um de seus filhos, adolescente e doente mental.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Carlos de Freitas Amado em 9 de jul. 2004. Os nomes dos moradores de Nova Jerusalém entrevistados foram alterados em respeito ao medo que os entrevistados manifestaram. As citações de entrevistas referem-se ao que pude gravar, pois, na maior parte do tempo das entrevistas, os moradores exigiam que o gravador permanecesse desligado, fato que fez com que eu precisasse anotar as idéias expressas e somente conseguisse apresentar aqui citações indiretas de grande parte das entrevistas.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Natalício Torres em 19 de jul. 2004.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Nair Gomes em 28 de jul. 2004.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Alberto Carlos Costa Filho em 10 jan. 2004.

<sup>42</sup> Entrevista concedida por Caio da Silva em 7 de set. 2004.

<sup>43</sup> Os entrevistados discordaram com bastante frequência sobre quantas foram as vítimas fatais de Pedrinho e de seu bando nos três meses que antecederam o caso Adriano Vianna. Boa parte deles disse que onze moradores (todos “trabalhadores”) foram mortos pelos elementos do bando. Outros disseram que eram oito as vítimas. Entre oito e onze os números variaram bastante. Fato importante foi que boa parte desses corpos não foi retirada do rio Sarapuí, onde foram lançados. Como as águas daquele rio são totalmente pastosas, acredita-se que foram decompostos e confundiram-se com os detritos que caminham com as águas semiparalisadas pelos detritos em direção ao rio Iguaçu e depois à baía da Guanabara.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Carlos de Freitas Amado em 9 jul. 2004.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Ignácio de Teles em 29 set. 2004.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Ignácio de Teles em 9 jul. 2004.

<sup>48</sup> Expressões utilizadas pelo presidente da associação de moradores de Gramacho, a fim de demonstrar que somente é possível alguma estabilidade nas favelas de Gramacho quando elas possuem chefes de traficantes fortes e protetores dos favelados (entrevista concedida por Daniel Damasceno em 20 jul. 2004).

<sup>49</sup> Nova Jerusalém localiza-se sob as torres de alta tensão da companhia elétrica que abastece a maior parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobre tubos condutores de combustíveis pertencentes à Refinaria Duque de Caxias da Petrobrás e praticamente dentro do rio Sarapuí, que pelo menos neste trecho apresenta-se totalmente contaminado pelos esgotos residenciais e industriais de parte da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A favela margeia a principal avenida do município de Duque de Caxias (Av. Presidente Kennedy) e localiza-se a menos de cem metros dos trilhos de um dos ramais da Estrada de Ferro Leopoldina. Está praticamente dentro do centro comercial do bairro de Gramacho. Porém, essa favela não é solitária. Na verdade, faz parte de um pequeno complexo de favelas que margeiam o rio Sarapuí. Outras favelas componentes desse complexo são as favelas do Dique II, a favela Paraopeba e a favela Vila Fraternidade etc.

<sup>50</sup> Principalmente a partir da década de 1990, favelas tornaram-se componentes fixos da paisagem baixadense. Não existem, entretanto, números confiáveis sobre as favelas baixadenses, não sendo possível precisar informações básicas sobre essas novas opções de moradia proletária da região. Por isso não consigo sequer informar quantas são as favelas da Baixada Fluminense ou com certeza quantos são os habitantes de favelas nessa região. Estima-se, entretanto, que as favelas baixadenses crescem em um ritmo muito superior ao ritmo de crescimento das favelas cariocas. E segundo alguns jornalistas de Duque de Caxias, tanto as favelas quanto os loteamentos clandestinos e ilegais crescem demais em Duque de Caxias devido ao apoio explícito que diversos políticos municipais dão a esse tipo de forma de expansão da área proletária do município. Segundo esses jornalistas, existe, em Duque de Caxias, a ressurreição das antigas empresas loteadoras, e vários são os políticos que fazem fortunas com base na promoção da ocupação das margens dos rios locais e dos antigos loteamentos fracassados (*DC News*, n.2, p. 9, passim, 2004). Segundo dados do *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1993/1994*, a população favelada representava 7,7% (51 207) da população total do município em 1991, com uma taxa de crescimento de 3,55% ao ano. No período de 1980 a 1991. O crescimento da população favelada no município foi o 3º maior da Região Metropolitana, somente sendo superado pelos dos municípios de Nova Iguaçu (10,89% a.a.) e Itaguaí (4,43% a.a.). Já no município de Rio de Janeiro, durante esse mesmo período, a taxa de crescimento desta população foi de 3,08 a.a.

<sup>51</sup> A igreja evangélica da qual o senhor Caio é pastor proíbe o uso de trajés masculinos por parte das mulheres.

## A Baixada Fluminense em perspectiva

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Caio da Silva em 7 de set. 2004.

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Daniel Damasceno em 20 jul. 2004.

<sup>54</sup> Os números referentes à favela e ao bairro são resultados da resposta de um questionário denominado *Levantamento de dados sócio-políticos-econômicos dos bairros de Gramacho e Capivari*. Os números referentes a Duque de Caxias, ao município do Rio de Janeiro e à Baixada Fluminense foram retirados dos Censos 1991 e 2000 do IBGE.

<sup>55</sup> Consideramos para a montagem desta tabela os municípios da Baixada Fluminense que possuem um caráter urbano maior. São estes Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri e Nilópolis. Municípios como Guapimirim, Magé, Paracambi etc. não foram considerados porque sua ocupação, mesmo quando antiga, não se desenvolveu na direção da sua transformação em uma área urbana periférica. Mesmo hoje eles são municípios muito semelhantes aos municípios rurais do estado do Rio de Janeiro.

<sup>56</sup> Gramacho é o bairro caxiense com maior quantidade de pessoas. Faz parte do primeiro distrito daquele município, sendo um dos sete bairros que formam o primeiro distrito de Duque de Caxias. O bairro abriga, nos seus onze quilômetros quadrados, as localidades de Vila Leopoldina, Vila Sarapuí e Vila Guaíra. Elas surgiram de loteamentos criados entre as décadas de 1940 e 1980. Gramacho está situado no limite entre o primeiro e o segundo distritos do município. A razão original de ocupação de Gramacho, antiga Sarapuí, foi a estação de trens urbanos existentes ali. Essa estação, a partir de 1970, passou a ser o ponto final da tração elétrica dos trens metropolitanos. Dali para frente os trens seguiam puxados por tração diesel, até Vila Inhomirim e Guapimirim, por outra linha. É bastante razoável pensar que o fato de ser estação terminal fez com que a população de migrantes que formou a periferia de Duque de Caxias “optasse” por terminar a sua jornada do Nordeste até o Rio ou dos subúrbios cariocas nos loteamentos de Gramacho. Apesar do longo tempo em que a região experimenta ocupação proletária e da grande quantidade de pessoas vivendo ali, a infra-estrutura urbana é mínima: somente as ruas pertencentes ao centro comercial são pavimentadas, não existe nenhuma agência bancária para servir à população do bairro, e os cerca de 500 estabelecimentos comerciais ali existentes e toda a população é atendida unicamente por um posto de saúde e por dez escolas públicas. Além disso, grande parte dos domicílios daquele bairro não é atendida por fornecimento de água tratada ou por rede de esgotamento sanitário.

<sup>57</sup> Em minha dissertação de mestrado (Monteiro, 2001), apresento a trajetória do primeiro prefeito belford-roxense – Jorge Julio Costa dos Santos (Joca) –, assassinado em 1994, e discuto o grande apoio popular recebido por Joca, fato que considero como um dos reflexos da sua profunda ligação com as maneiras populares de

lidar com os diversos problemas urbanos acumulados pela perpetuação da mínima presença do Estado na região da Baixada.

<sup>58</sup> Joca, tal como grande parte da população de Belford Roxo, não era originário da região da Baixada. Ele viera bem cedo do interior do estado do Rio de Janeiro e segundo seu próprio relato começou a trabalhar ainda criança, pois pertencia a uma família muito grande e pobre (treze irmãos filhos de uma merendeira e de um operário da Rede Ferroviária Federal). Vendeu bala nos trens, foi ajudante de obras, pedreiro, cobrador e motorista de ônibus, lutador de luta livre e carroceiro antes de transformar-se em um bem sucedido empresário do setor de transportes e construções. Em um resumo rápido a trajetória eleitoral de Joca pode ser apresentada da seguinte maneira: candidatou-se à Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu em 1988 e elegeu-se nesse pleito com o maior número de votos válidos (mais de cinco mil votos). Em 1992 elegeu-se prefeito de Belford Roxo com 69,8% do total de votos, dispensando o segundo turno. Quando se considera unicamente os votos válidos Joca elegeu-se com 80% desses votos (*Jornal de Hoje*, p. 02-04, 23 jun. 1994). A trajetória do prefeito de Duque de Caxias não é muito diferente. Zito é um ex-carroceiro, dono de botequim e guarda municipal. Acusado de mandar matar um adversário político, ele responde a processo no órgão especial do Tribunal de Justiça, o que não o impediu de alcançar 95% de aprovação popular no seu primeiro mandato como prefeito (segundo pesquisa do Ibope do início de 1998). A mulher dele, Narriman, foi prefeita do município de Magé até dezembro de 2004, seu irmão, Valdir Zito, foi prefeito de Belford Roxo até dezembro de 2004 e a sua filha Andréa foi eleita deputada estadual com 59,4 mil votos. Zito já foi vereador e deputado estadual algumas vezes e em 1993, quando era vereador, foi acusado de ser o mandante do assassinato de Ari Vieira Martins, subsecretário municipal de Transportes, que cuidava da garagem da prefeitura e acabara de afastar 20 funcionários acusados de roubar combustível e peças de carros. O prefeito chegou a ser preso duas vezes (*Isto É*, 16 out. 1998; *DC News*, 21 ago. 2003).

## Referências

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

\_\_\_\_\_. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999.

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

## A Baixada Fluminense em perspectiva

BELOCH, Edith Maria. *Loteamentos periféricos: Algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária*. 1980. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. *Caça Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases; política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANEVACCI, Massimo (Coord.). *Dialética do indivíduo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.13, n 24, p. 227-250, 1999.

CARVALHO, Iracema Baroni de. *Laranjas brasileiras*. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1999.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai*. Rio de Janeiro: Global, 1996.

COSTA, Marta Bebianno. *Loteamentos na periferia do Rio de Janeiro: um espaço de luta*. 1979. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

D'OLIVEIRA, Sônia Azevedo le Cocq. *A influência dos movimentos sociais urbanos na definição de políticas habitacionais: o caso de São João de Meriti*. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política; patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOSSE, François. *A história em migalhas; dos Annales à Nova História*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1994.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Linderval Augusto Monteiro

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

\_\_\_\_\_. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio, 1933.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEIGER, Pedro Pichas; MESQUITA, Míriam Gomes Coelho. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro Pichas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação urbana da Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, ano 16, jul./set. 1955. Separata.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GÓIS, Hildebrando de Araújo. *O saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: RAVEL, J. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, ano V, 1990.

LEITE, Antônio de Souza. Carta ao Sr. José Maurício Nolasco. Presidente da CEDAE. *Correio de Maxcambomba*, p.2, 24 nov. 1995.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

LIMA, Maria Helena de Beozzo. *Em busca da casa própria; autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense, identidades e transformações: estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

## A Baixada Fluminense em perspectiva

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade; história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PARISSE, Lucien. Favelas do Rio de Janeiro, evolução, sentido. *Caderno do CENPHLA*, n. 5, Rio de Janeiro, 1969.
- PEIXOTO, Rui Afranio. *Imagens iguassuanas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1963.
- PEREIRA, Waldick. *A mudança da Vila; história iguaçuana*. Nova Iguaçu: PMNI, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Cana, café & laranja*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.
- PRADO, Walter. *História social da Baixada Fluminense; das sesmarias a foros de cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- RAMALHO, José Ricardo. *O Estado patrão*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- REVEL, Jacques. A experiência da microanálise. In: \_\_\_\_\_. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- SEGADAS, Maria Terezinha. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade Nacional de Filosofia, 1960.
- SOUZA, Josinaldo Aleixo de. *Os grupos de extermínio em Duque de Caxias: Baixada Fluminense*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum; estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história; os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Recebido em 06/10/2004.  
Aprovado em 12/02/2005.